



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**IN 2/2024 -
PROEN/GAB/RE/IFAP**

Estabelece as diretrizes e procedimentos para a emissão da Certificação de Conclusão do Ensino Médio e Declaração Parcial de Proficiência nas Áreas do Conhecimento, com base no Edital Nº 19, de 13 de março de 2023 do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja.

A Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, em conformidade com suas atribuições legais e, considerando as disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da Portaria MEC nº 458, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O IFAP realiza a emissão da certificação do ensino médio e declaração parcial de proficiência nas áreas do conhecimento, a qual destina-se às pessoas que não concluíram o ensino médio em idade própria.

Art. 2º O IFAP, por intermédio desta Instrução Normativa - IN, faz uso dos resultados individuais do Encceja para a emissão de:

- I. Certificado de Conclusão do Ensino Médio.
- II. Declaração Parcial de Proficiência do Ensino Médio nas Áreas do Conhecimento.
- III. Certificado de Conclusão do Ensino Médio por meio do aproveitamento de resultados.

Art. 3º Não serão emitidos documentos que não estejam previstos no art. 2º.

Art. 4º Os solicitantes da certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência nas áreas do conhecimento, com base no Encceja devem:

- I. indicar o IFAP como unidade certificadora;
- II. possuir no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da primeira prova de cada edição do Encceja;
- III. atingir no mínimo 100 (cem) pontos em cada uma das áreas de conhecimento previstas no Encceja;
- IV. atingir o mínimo de 5 (cinco) pontos na redação.

Art. 5º Os *campi* Macapá e Laranjal do Jari serão os certificadores do Encceja no IFAP.

CAPÍTULO II

DAS SOLICITAÇÕES DOS CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO E DAS DECLARAÇÕES PARCIAIS DE PROFICIÊNCIA

Art. 6º O IFAP emite os certificados de conclusão do ensino médio e declarações parciais de proficiência desde que seja indicado como unidade certificadora.

Art. 7º O IFAP somente gera a certificação aos solicitantes aprovados pelo Encceja, que estão na base de dados fornecida pelo Inep.

Art. 8º O IFAP realiza a solicitação de junção de certificados parciais gerados por outras instituições certificadoras dos estados da federação diferentes do Amapá, desde que o solicitante o tenha declarado como instituição certificadora na última edição em que participou do exame.

Art. 9º Para a solicitação de junção de notas, o solicitante, que declarou o *campus* Macapá como certificador, deve elaborar sua requisição para o e-mail seresc.macapa@ifap.edu.br, e o candidato que declarou o *campus* Laranjal do Jari deve enviar para o e-mail seresc.jari@ifap.edu.br.

Art. 10 Na requisição do art. 9º, o solicitante deve enviar sua solicitação conforme as seguintes orientações:

I. Título do e-mail: JUNÇÃO DE NOTAS.

II. O texto do e-mail deve ser: Solicito a junção de notas baseada nos resultados obtidos no Encceja do(s) ano(s) de_____.

III. O solicitante deve encerrar sua mensagem informando seu Nome Completo e número de telefone.

IV. Anexar ao e-mail os seguintes documentos:

- a. declaração(ões) da(s) área(s) aprovada(s) emitida(s) por instituição certificadora;
- b. carteira de identidade - RG (frente e verso);
- c. cadastro de pessoa física – CPF (frente e verso).

Art. 11 Para efeito da certificação de conclusão do ensino médio, é considerado pelo IFAP o aproveitamento das declarações parciais de proficiência obtidas:

I. nas edições do Encceja 2006, 2007 e 2008;

II. nas edições do Encceja realizadas a partir de 2011 (Ensino Médio);

III. nas edições do Enem de 2009 a 2016 (Ensino Médio).

Art. 12 Para o aproveitamento de resultados, o solicitante deve atender as regras presentes nesta IN e nos documentos legais que regem o Encceja, incluindo o atendimento à pontuação mínima para certificação.

Art. 13 Os solicitantes que pretendem requerer ao Ifap a emissão da certificação do ensino médio ou da declaração parcial de proficiência das áreas do conhecimento pelo Ifap devem acessar o link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-certificado-encceja-ifap>.

Art. 14 Os solicitantes devem possuir ou criar conta de acesso no portal [gov.br](https://www.gov.br) através do link <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br/conta-gov-br/>.

Art. 15 Com a senha de acesso do portal [gov.br](https://www.gov.br), os solicitantes preenchem, com as informações pedidas, um formulário.

Art. 16 O solicitante recebe sua certificação ou declaração por intermédio do e-mail registrado no formulário.

Art. 17 Havendo algum tipo de incorreção ou mal funcionamento no sistema de solicitação de certificação, as unidades do IFAP situadas em Macapá e Laranjal do Jari são responsáveis pelos trâmites para a certificação, devendo ser contactadas por meio dos e-mails seresc.macapa@ifap.edu.br ou seresc.jari@ifap.edu.br.

Art. 18 As unidades contactadas conforme o art. 17 respondem à demanda em até 30 (trinta) dias a partir da data do envio do e-mail.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 – As pessoas que tiverem realizado o Encceja de edições anteriores não contempladas nesta Instrução

Normativa, deverão solicitar a certificação pela Secretaria de Educação do Estado.

Art. 20 – É de responsabilidade do requerente, acompanhar as publicações e avisos referentes à emissão da certificação do Ensino Médio ou da declaração parcial de proficiência nas áreas do conhecimento.

Art. 21 – A solicitação do interessado implica o conhecimento e a tática das condições estabelecidas neste documento e nos demais instrumentos reguladores, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

Art. 22 – Os certificados poderão ser cancelados a qualquer tempo, em ocorrência de medida judicial ou informações falsas.

Art. 23 – Esta instrução normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação, tornando sem efeito legal a normativa anterior.

Art. 24 – Os casos omissos serão tratados pela Pró-Reitoria de Ensino.

Comissão de Elaboração da Instrução Normativa

Portaria 929/2024/GAB/RE/IFAP

Documento assinado eletronicamente por:

- Helington Franzotti Araujo de Souza, COORDENADOR - FG0001 - COEP-PROEN, em 20/05/2024 12:47:44.
- Mariana de Moura Nunes Almeida, PEDAGOGO-AREA, em 20/05/2024 12:52:08.
- Julia Milena da Paixao Oliveira, Diretora de Ensino da Pró-reitoria de Ensino, CD - 03 - CD0003 - DIREN-PROEN, em 20/05/2024 15:30:07.
- Cristina Coutinho de Oliveira, PRO-REITOR - CD0002 - PROEN, em 20/05/2024 16:38:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 91683

Código de Autenticação: dc065e0e6d



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPA / AP, CEP 68.909-398